



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 04/2009

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2009

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 16 HORAS E 20 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	09
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	14
- ENCERRAMENTO.....	14

ACTA N.º 04/ 2009

ABERTURA

Aos dezanove dias do mês de Junho de dois mil e nove, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua Conde da Ericeira, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- 2.1** - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2** - Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimento do ano 2009;
- 2.3** - Declaração de Interesse Público - Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Carlos Alberto Matos Mendes. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Hélder Miguel Correia Morais, Prof. Bernardino Gata da Silva, Joana Filipa Real Sardinha, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dr. António José Vaz de Almeida, Dr. Domingos Sousa Beato, Dr. Artur Campos Meireles da Fonseca, João Manuel Pinto, Dr. José Curto Pereirinha, Dra. Telma Catarina Dias Madaleno, Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael, João Manuel Barqueiro Lanzinha, Pedro Nuno Cunha Leitão, José Manuel dos Santos Santarém, Ricardo Emanuel Proença Abreu, Dr. José Simões Soares, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Dr. João Rosa de Almeida, Abel Fernando Pereira Cardoso, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. Carlos Manuel Esteves de Sousa, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, Isilda da Silva Barata, Eng.º Francisco José Puebla Simões, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Luís Filipe de Matos Pais e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar - Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), Carlos do Carmo Martins (Conceição), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Dr. Vítor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), Maria Esmeralda Simões Santos Varandas (Dominguiso), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António Canário Marques da Silva (Orjais), Joaquim Carvalheira dos Santos (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), Carlos Alberto de Matos Mendes (Teixoso), Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira (Tortosendo), Enf. António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio) e Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos). -----**

Não compareceram os Excelentíssimos Senhores: **Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Dília Marisa Afonso Leitão, Dr. Carlos José Jesus Duarte Mineiro, Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra), Enf. António Mendes Paulo (Erada) e Dr. João Paulo Gomes Baptista Lopes (Vila do Carvalho).** -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente sessão.** -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Luís Manuel Fino Gil Barreiros, Rui Paulo da Silva Rosa e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

EXPEDIENTE

- Ofício Circ. N.º 69/2009/CO da ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses referente ao Dia do Poder Local - 25º Aniversário.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.º 02 DA SESSÃO DE
13 DE MARÇO DE 2009**

--- Submetida a acta, previamente enviada por fotocópia a todos os membros convocados, à apreciação, não houve intervenientes. -----

- Colocada a Acta n.º 02/2009 à votação, foi a mesma **aprovada por maioria com 54 votos a favor e 3 abstenções (Senhores: Dr. Carlos Gil, Dr. Jorge Fael e Prof. Reis Silva)**. -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Jorge Fael fez uma Declaração Política sobre as Eleições para o Parlamento Europeu de 07 de Junho de 2009 (**doc. 01**). -----

--- A Senhora D. Joana Sardinha apresentou uma Proposta para a criação de uma Comissão para elaborar o Regulamento do Conselho Municipal de Juventude da Covilhã (**doc. 02**). -----

- Colocada, a **Proposta**, à votação foi a mesma **aprovada por maioria, com 12 votos a favor (PS e CDU) e 45 abstenções (PSD e CDS-PP)**. -----

- Foi feita Declaração de Voto pelo Membro:

- Senhor Fausto Baptista (São Jorge da Beira): “A minha Declaração de Voto, como Presidente de Junta, vai no sentido de que, tendo em conta o actual momento, estamos prestes a ter eleições Autárquicas, entendo que este assunto deveria ser agendado era para a primeira ou segunda Assembleia Municipal do próximo Mandato”. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva apresentou dois Requerimentos solicitando: o relatório definitivo resultante da actividade inspectiva no período de 2001 a 2005 (**doc. 03**); toda a documentação referente à Actividade Municipal (**doc. 04**). -----

--- O Senhor Dr. Curto Pereirinha fez uma Declaração Política (**doc. 05**). -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro, antes da Declaração Política, começou por felicitar o Senhor Prof. Doutor Manuel Santos Silva pelo trabalho realizado enquanto Reitor da UBI e ao Senhor Prof. Doutor João Queiroz desejou as maiores felicidades no Mandato que hoje inicia, a bem da UBI e da Covilhã. “Portanto, as minhas primeiras palavras são de saudação para quem sai e, também, para quem entra”.

Fez, de seguida, a Declaração Política referindo: “A última sessão privada da Câmara Municipal, Senhores Deputados, durou, ao que nos diz a comunicação social, 7 minutos. Eu tenho as maiores dúvidas, para ser sincero, que 7 minutos dêem sequer para ler a Ordem de Trabalhos da reunião quanto mais para aprovar. E eu gostava de perguntar aos Senhores Vereadores que estiveram nessa reunião e que aprovaram essas medidas se sentem a consciência tranquila e se as aprovaram em consciência? Porque isto demonstra, e ainda por cima quando o Vereador do Partido Socialista tinha informado o Executivo Municipal que ia chegar ligeiramente atrasado, o respeito que esta maioria tem pelas oposições, o respeito que tem pela Democracia e a falta de escrúpulo democrático que tem a tratar, a gerir a Câmara Municipal.

É uma vergonha Senhores Deputados!

Acho que não fica bem!

A legitimidade da oposição é tão grande como a legitimidade de quem está a exercer o poder e acho que não fica bem, a este Executivo Municipal, esse tipo de atitudes”.

Sobre as Eleições Europeias disse: “O Partido Socialista perdeu as eleições europeias e assumiu-o com frontalidade, com dignidade e com humildade. Porque em Democracia o que conta são os votos.

Agora, é preciso analisar esses resultados e o Partido Socialista fará as suas reflexões internas e tomará as medidas que entender necessárias. Mas, é absolutamente extraordinário que um Partido, que dias antes das eleições colocava em causa, não só os próprios resultados eleitorais como o futuro do próprio Partido, venha na noite do resultado eleitoral dizer: isto foi resultados... um cartão vermelho ao Governo. Vai ser o início da grande vitória das legislativas. Aliás, dando-se ao luxo de dizer que o Governo ficava inibido, numas eleições europeias, ficaria inibido na sua legitimidade, imaginem os Senhores Deputados, ficaria inibido na sua legitimidade para tomar decisões.

Eu quero dizer, aos Senhores Deputados Municipais, que a avaliação deste Governo é feita em Setembro ou Outubro. É nas Eleições Legislativas. E, é aí que os Portugueses vão pronunciar-se se querem como 1.º Ministro o Eng.º José Sócrates ou a Dra. Manuela Ferreira Leite e essa vai ser a pergunta Senhores Deputados. Aí vão ter a resposta!

E, portanto, é absolutamente abusivo que o PSD faça essa leitura, essa interpretação dos resultados. Até por mais, Senhores Deputados, porque seria por essa ordem de ideias, seria perfeitamente legítimo ao Partido Socialista ou qualquer outra força da Oposição vir dizer a esta Assembleia Municipal: o PSD vai perder a próxima Câmara Municipal, coisa que nós acreditamos, de facto, mas por essa ordem de ideias com os resultados eleitorais que o PSD teve aqui, o PSD teve 32%, teve 22% Senhores Deputados. E portanto com esse argumento decidam-se lá se o argumento é válido a Nacional e não é válido por aqui, ou onde é que vão validar esse argumento?

Portanto, tenham calma quanto aos festejos, porque as eleições legislativas ainda vêm daqui a três meses e aí a gente conversa.

O Partido Socialista assumiu com humildade os resultados eleitorais. Os Eleitores portugueses demonstraram o seu voto dando uma derrota ao Partido Socialista". -----

--- O Senhor João Pinto fez uma Declaração Política referindo-se ao último acto Eleitoral e tecendo algumas considerações sobre a situação do País (**doc. 06**). -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata disse: "Bom, de facto, sendo esta a primeira reunião do Órgão que sucede à realização de umas eleições o tema eleitoral é natural que venha ao de cima.

A primeira pergunta que se faz, que hoje aqui ficámos todos baralhados com a intervenção política, que eu me abstenho de comentar, quem é que ganhou?

Quem é que ganhou?

A CDU foi zurzida porque não ganhou nada e perdeu; o Bloco, nem falaram, curiosamente que o Bloco sobe à custa da derrota do PS; portanto, o PSD teve uma derrota tremenda.

Meus senhores, sejamos claros, o Partido Socialista passou de doze para sete Deputados Europeus e perdeu 600 mil votos líquidos, Mário Soares "dixi sic" e bem. Portanto, quem ganhou naturalmente que foi o PSD!

Deixemo-nos de fitas!

E depois vem: mas nós temos um prazo de três meses para demonstrar com a nossa humildade... O Eng.º Sócrates depois do discurso que fez anteontem na televisão, com a Ana Lourenço, se ouvisse a intervenção do Partido Socialista... não é essa a humildade que eu quero, por favor. Não me falem vocês em humildade que eu estou disposto a falar melhor!

Bom, nós não estamos interessados em discutir, de facto, se agora o Senhor Primeiro-Ministro vai mudar de estilo, vai falar mais baixo, vai ser menos arrogante, esperemos que sim. Mas, também, é verdade (ele confessou que ia ser mais humilde, toda a gente ouviu e nós acreditamos que sim, quanto mais não seja essa mudança de estilo que é aconselhável pelo staff) que se agora se quer regressar à humildade é porque anteriormente se permaneceu na arrogância.

Nós não estamos, digo e repito, interessados em analisar problemas de carácter, a política não tem nada a ver com isso. Mais, politicamente não julgo um Primeiro-Ministro pela arrogância ou pela humildade. Eu julgo um Primeiro-Ministro pela obra. Eu julgo um Primeiro-Ministro pelo registo que deixa no País. E julgo um Primeiro-Ministro pela elevação que faz do País. E, é essa forma de julgar que a minha Bancada também faz.

Mas, também, esperamos que a essa propalada mudança de estilo corresponda, naquilo que nos diz respeito, que é à Covilhã, a uma natural e bem consubstanciada mudança de forma! Refiro-me, naturalmente, àquilo que a Covilhã espera do Senhor Primeiro-Ministro. Esperando que este oásico tempo de humildade leve a considerar aquilo que a Covilhã tem pedido, que é o desbloqueamento de dossiers que são para nós importantíssimos, e naturalmente que sejam revistas e que sejam abertas as portas para a Barragem das Cortes; para a periférica à Covilhã, que o senhor Primeiro-Ministro aceitou; para a Central de biomassa, a Câmara tem cumprido todo o trabalho de casa; para a terceira parte do Parque Industrial do Tortosendo; para um conjunto de planos de ordenamento, que nos são essenciais, e para as candidaturas que fizemos com milhares de contos de imputação económica. Esperemos que, o Senhor Primeiro-Ministro, nesta mudança de estilo mude também a substância. Agradecemos-lhe se ele o fizer.

Permitam-me que diga, por uma intervenção que aqui foi feita sobre a Universidade da Beira Interior, hoje é o dia em que o Reitor toma posse e considero absolutamente desajustado vir aqui falar sobre a Universidade e dar os Parabéns ao antigo Reitor, o antigo Reitor vai ter os parabéns. Também quero aqui dizer que pela primeira vez, que eu me lembre, neste "affaire" das Universidades, um Vereador da Câmara Municipal da Covilhã e Deputado tomou partido público por um candidato à Universidade e isso é inadmissível. É assim que o PS faz sobretudo o PS da Covilhã! O Eng.º Sócrates não se atreveria a fazer uma coisa dessas publicamente. É preciso que aqui diga isso. A homenagem, ao Doutor Manuel Santos Silva, vamos fazer-lha, certamente.

Mas, sobretudo, hoje que é o dia da tomada de posse do novo Reitor era escusado e é escusável!

Assim, vocês que dizem que em Setembro vão ser favas contadas, tenham cuidado!". -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro pediu esclarecimentos: "Oh Senhor Deputado quero dizer-lhe o seguinte: eu não vim aqui felicitar exclusivamente o Prof. Doutor Manuel Santos Silva, vim felicitar o Professor Manuel Santos Silva e vim felicitar pelo trabalho que fez e vim felicitar o Professor João Queiroz pela sua eleição e desejar-lhe um bom trabalho. Não vejo nenhum mal nisto, Senhor Deputado, não vejo nenhum mal!

A Universidade da Beira Interior é parte integrante desta Cidade; é um dos principais pólos e motores de desenvolvimento desta Cidade. E mais, Senhor Deputado, eu acho, há muito tempo que o Partido Socialista diz que deveria haver uma maior interacção e uma maior interligação entre os Órgãos Municipais e a Universidade a bem da Covilhã e não me parece nada descabido vir aqui a esta Assembleia, à casa da democracia, felicitar quem sai pelo trabalho que foi feito e quem entra desejando-lhe um bom trabalho e dando-lhe força.

Quanto á intervenção do Senhor Vereador Victor Pereira, tanto quanto me foi dado saber, fê-lo a título exclusivamente pessoal e eu não me consigo ver, nem me parece que seja pelo facto de ser Vereador, ou de ser Deputado, ou de ocupar qualquer outro cargo político, que fique castrado dos seus direitos cívicos de intervenção. Se o Senhor Vereador, a título pessoal, entendeu faze-lo. Se o Senhor Deputado tiver alguma questão deve-a colocar a ele do ponto de vista pessoal, não cole o Partido Socialista a essa atitude.

O Pedido de esclarecimento, muito rapidamente: o Senhor Deputado fez aqui a avaliação dos resultados eleitorais e eu estava à espera de ouvir uma palavra sobre os resultados eleitorais do PSD no Concelho da Covilhã". -----

--- O Senhor Prof. Bernardino Gata respondeu: “Oh Senhor Deputado Hélio Fazendeiro! Não valem “flip-flap”, não valem “flip-flap”, não valem cambalhotas!

As coisas são o que são!

A sua Bancada tem gente serena e ponderada que não costuma fazer esses “flip-flap”. Quanto aos resultados da Covilhã, tudo bem. Não temos nada a dizer.

Se eu fosse igual ao Senhor dir-lhe-ia da seguinte forma: daqui a três meses falamos. Percebe? Naquilo que nos diz respeito. Mas não vale a pena falar nisso.

Quanto ao falar em nome pessoal ou falar em nome funcional, estamos conversados também (o Senhor Dr. Hélio Fazendeiro, distinto Membro da Assembleia Municipal, acha que a Junta de Freguesia se porta mal - Eh pá, desculpem lá eu disse isto lá fora, foi a nível pessoal. Uma ova! Perdoe-me que lhe diga isto). Não há defesas ou ataques em funções e altíssimas funções, como é o caso, de um Deputado Nacional e Vereador da Câmara Municipal que toma partido publicamente e depois vem dizer: eh pá desculpem lá mas foi a nível pessoal”. -----

ORDEM DE TRABALHOS

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. ----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivados em pasta própria. -----

--- O Senhor Eng.º Hélio Fazendeiro solicitou informação acerca das Pontes dos Penedos Altos e do Paul. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva chamou a atenção para o facto de a Câmara “não cumprir com o seu dever” e disse: “Aquilo que a Câmara fez chegar tem a ver com a situação económica da Câmara. Portanto, falta tudo o resto. Qual é a situação? Qual foi a actividade desenvolvida? Em que ponto é que estamos? Falta essa informação e eu não quero deixar passar em branco, porque deixar passar em branco, no fundo, é aceitar tacitamente essa omissão propositada da Câmara Municipal”. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael colocou diversas questões:

- Quanto ao STUDIO RESIDENCE disse que ainda não obteve resposta, aos Requerimentos que apresentou, sobre o licenciamento, ou não, do painel publicitário que ali existe; se é condomínio privado; a identificação do nome da Rua que, tem causado problemas aos Cidadãos que ali residem, num sítio diz Rua e mais abaixo diz Av. Infante D. Henrique;

- Requereu à Câmara Municipal: o envio da composição do Conselho de Administração das Águas da Covilhã e sugeriu que, se existir algum Membro da Assembleia Municipal, seja feita a confrontação com a Lei do Sector Empresarial Local; os Relatórios e Contas das Águas da Covilhã e de todas as Entidades onde a Câmara participa;

- Requereu informação acerca das facturas emitidas pelas Águas da Covilhã que continuam a chegar à casa dos Covilhanenses mais do que uma por mês e disse: “as pessoas não percebem esta história dos acertos. Não há justificação possível, continua a não existir uma justificação e não há uma justificação plausível, para aquilo que está a acontecer. Porque nem sequer sabemos se o contador é cobrado, ou não, nessa facturação dos chamados acertos. Quer dizer, o ano tem 12 meses, eu insisto, não tem 14 nem 13, tem 12 e são 12 facturas que as pessoas devem pagar pelos seus consumos. Nem mais nem menos. Portanto, fica aqui uma clara reprovação, desta atitude por parte das Águas da Covilhã e não vale a pena andarmos agora a empurrar uns para os outros. A Câmara é maioritária. Então, assume as suas responsabilidades e deve assumir as suas responsabilidades!”

- Reconhece que tem sido “feito trabalho”, pela Câmara Municipal, na área da limpeza de terrenos para prevenção de incêndios, mas diz não ser suficiente e que para tal basta ver as zonas do Bairro Municipal, onde há muitas casas devolutas “que estão cheias de lixo e são autênticos barris de pólvora”, e da Judiaria, junto à Pensão Regional, “está um edifício, um casario devoluto ou abandonado, que já está praticamente coberto por silvas, por combustível orgânico, por matéria orgânica”;

- Informou que a Empresa ENERNOVA desrespeitou as pessoas do Pereiro em São Jorge da Beira e disse: “pelos relatos que obtivemos e contractos, inclusivamente, a que tivemos acesso, essa Empresa não respeitou minimamente os direitos das pessoas. Nuns casos porque entrou pelos terrenos adentro e começou a instalar o parque eólico e noutros pelos valores que lhes foram propostos”.

Chamou a atenção da Câmara Municipal porque “Há um acordo de atribuição de um donativo, da empresa ENERNOVA à Câmara Municipal, no valor de 230 mil euros para serem aplicados em projectos de fins de carácter social. Projectos que, nós, não conhecemos e esta Assembleia deve conhecer onde é que vão ser aplicados esses 230 mil euros. Requeiro, à Câmara, essa informação e requeiro que (quando a Câmara, e bem, chama a atenção da PT, da EDP e da BEIRAGÁS) chame, também, a atenção da ENERNOVA. E, eventualmente, coloque os meios que tem ao seu dispor, para defender estas pessoas perante uma empresa que é poderosa e que, neste domínio, teve uma actuação inaceitável. Deve ser chamada à atenção porque os direitos das pessoas devem ser respeitados”. -----

--- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal respondeu às questões:

- A Ponte dos Penedos Altos não está parada e a perspectiva é de que a obra termine em finais de Agosto princípios de Setembro;

- Ponte do Paul é a solução que mais serve as necessidades e está em plena execução;

- STUDIO RESIDENCE e sinalética vou ter que identificar porque motivos é que ainda não me chegou tal documento;

- Conselho de Administração das Águas da Covilhã é convicção do Município que está a ser cumprida, integralmente, a Lei do Sector Empresarial Local;

- No que diz respeito à apresentação de Contas, segundo informação que obtive do Senhor Director e Administrador Leopoldo Santos, o processo deverá estar concluído dentro de uma semana e colocado no site;

- Efectivamente há situações em que houve 14 facturas para um período de 12 meses. Esses acertos estão perfeitamente clarificados e os serviços das Águas da Covilhã estão disponíveis e recebem qualquer pessoa que coloque qualquer dúvida relativamente a esta matéria. Até à data todas as pessoas que fizeram essa consulta o esclarecimento que obtiveram foi perfeitamente claro, ficaram satisfeitas, perceberam a situação, não contestaram sequer o pagamento e não há qualquer guerra adicional quanto a isso;

- Agradeço-lhe a indicação no que diz respeito à Judiaria, não tinha conhecimento dela. Vamos, na próxima semana, implementar o processo de identificação de quem são os proprietários e, eventualmente, acrescer à contratação de serviços, que temos neste momento a decorrer no Município da Covilhã, para limpeza de matos para, se for em espaço de responsabilidade pública, acrescer esta intervenção;

- Quanto à ENERNOVA: há matérias que são do foro jurídico e judicial, em todo o caso tomo boa nota da sua chamada de atenção. Vamos tentar identificar essas questões. Sugerindo-lhe que as situações, de que teve conhecimento concreto de reclamações de privados por intervenção abusiva da empresa, nos sejam comunicadas formalmente para que nós possamos fazer a intervenção concreta que se exija;

- Quanto à alocação da verba para funções de natureza social - não é uma obrigatoriedade do Município nem, em termos do protocolo acordado, ficou plasmado qual é a obra que vamos ter de executar. O Município tem, permanentemente, em curso iniciativas dentro deste âmbito e, esta verba é alocada dentro deste contexto a esses investimentos;

- Parece-me abusivo dizer que foram desrespeitados os direitos das oposições, no que se refere à questão da reunião de Câmara e que agora se pretende agitar as massas dizendo que demorou apenas sete minutos. Demorou o tempo que tinha que demorar. Demorou o tempo que os assuntos em causa assim o exigiram. É verdade que uma reunião em que não há oposição, não há pessoas que têm um menor conhecimento dos dossiers e dos processos, não exige uma informação e um tempo tão significativo como se exigiria nos casos em que seja necessário dar explicações complementares.

Recentemente, mas antes dessa reunião, foi implementada uma metodologia nova, nas reuniões de Câmara, que torna mais célere o desenvolvimento da própria reunião. Não me parece que haja daí qualquer prejuízo para a democracia ou para a capacidade de intervenção da oposição e, nomeadamente, dos Senhores Vereadores do PS. Porque lhes têm sido prestados todos os esclarecimentos solicitados. Têm o momento de intervir, sempre lhe é concedido, como sempre lhe foi concedido, e as reuniões decorrem com a plena normalidade. Os assuntos vão sendo tratados e resolvidos. Obviamente que terminará o mandato e muitos ficarão por resolver mas muitos serão resolvidos.

Parece-me abusivo dizer que há um desrespeito dos direitos da oposição.

Haverá, talvez, uma situação menos simpática, estou de acordo com isso. Mas, enfim, a simpatia não é uma obrigatoriedade. Há dias em que estamos mais simpáticos, há dias em que estamos menos simpáticos, e aquele dia foi um dia em que estávamos menos simpáticos.

O Mandato tem mais três meses, vamos continuar a trabalhar e, como os Senhores dizem, e muito bem, no final iremos, quem for, a votos e o Povo, soberanamente, decidirá se o trabalho que nós fizemos merece a confiança para o Partido Social Democrata continuar a liderar os destinos da Câmara. A minha convicção é que, independentemente de questões de estilo, as questões de conteúdo vão demonstrar que existe uma equipa que está empenhadíssima, continua empenhadíssima, em fazer desenvolver este Concelho e em contribuir para a resolução dos problemas das pessoas e que isso, obviamente, será premiado no momento das eleições. -----

--- O Senhor Dr. Jorge Fael: “não tenho a sua visão relativamente a esta questão da facturação da água e do saneamento. Não é essa a opinião das pessoas e as facturas continuam a chegar, a casa das pessoas, sem qualquer explicação e isso é o que me parece mais inaceitável”.

Referiu-se à concessão dos Transportes Urbanos Colectivos e perguntou para quando as paragens dos autocarros.

De seguida referiu-se à Revisão do PDM e terminou a sua intervenção dizendo: “como é que está esta questão da revisão do PDM? cuja deliberação da revisão já tem anos, tem vários anos. -----

--- O Senhor Vice-Presidente respondeu:

- Vamos aguardar que o Tribunal de Contas conclua e emita o seu parecer; vamos aguardar os novos veículos e que a concessão seja implementada, em pleno, porque o que está é uma situação provisória. Nós estamos solidários com as pessoas, no que elas reclamam. Não estamos satisfeitos com a prestação de serviço que é feita e sabíamos, desde logo, que não iria ser uma prestação de serviços que correspondesse às condições de exigência que estabelecemos em termos contratuais, mas estamos a falar de um período transitório de dois, três meses e pedimos paciência às pessoas, porque a nossa convicção é que ela valerá a pena e, depois, sentir-se-á profundamente a diferença.

Até final do mês de Julho estaremos com a generalidade das paragens regularizadas e colocadas à disposição da População;

- Revisão do PDM - É desesperante a situação do País, neste domínio.

Apesar de insistências múltiplas, deste Município, formais e por escrito, havia uma etapa, na revisão do PDM, que passava pela nomeação de uma Comissão Técnica e de Acompanhamento, cuja responsabilidade era da DGOTDU, por varias vezes o Município insistiu, junto do Senhor Director, pediu e renovou o pedido de nomeação desta Comissão, porque é uma etapa, sem a qual não passávamos para a etapa seguinte.

Num determinado momento viemos a tomar conhecimento que era uma situação que, no País, se estava a repetir, que não era única do Município da Covilhã, e o argumento, a justificação, prendia-se com o facto do Governo pretender aprovar, previamente, o Plano Regional de Ordenamento do Território. Andámos anos a fio com esta situação. Até que veio legislação dizendo que todas aquelas situações de Planos em Revisão para os quais não foi nomeada, até à data, a Comissão de Acompanhamento voltam à estaca zero. E, portanto, todo o procedimento tem que ser recomeçado do zero.

O Município teve que levar à Câmara nova deliberação, de abertura do processo de revisão do PDM, e por as coisas a andar de novo.

É evidente que muito do trabalho, de pesquisa e fundamentação não é deitado para o lixo, está feito. É evidente que há outro trabalho a fazer.

Posso-vos dizer que, o Plano Regional de Ordenamento do Território ainda não está pronto. Mas foi apresentado, a semana passada, aquilo que será a versão final ou próximo da versão final, com o objectivo manifestado, pelo Senhor Presidente da CCDR, de que estivesse em versão definitiva até ao final do mês de Julho. Da leitura que eu faço, daquele Plano, é que são acrescidas mais um conjunto, imenso, de responsabilidades, em termos de obtenção de dados de diagnóstico e de dados prospectivos, que não auguram nada de bom, em termos de um espírito de abertura por parte do Governo Central, na resolução dos problemas que levam o Senhor Deputado a dizer que existe um procedimento menos claro, por parte do Município.

Não é essa a interpretação do Município da Covilhã!

A interpretação, do Município da Covilhã, tem por base as decisões que são tomadas; tem por base uma aprovação por parte da Assembleia Municipal, no que diz respeito a princípios de revisão do PDM; tem por base uma fundamentação que é tomada, tendo como referência aquilo que foi discutido, com as Juntas de Freguesia, que são os representantes do Povo nas Freguesias e que transmitem aquilo que são as expectativas das Populações, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano e ao ordenamento do seu território. E, portanto, com uma perspectiva de enquadramento, de tudo isto, num processo que está em revisão, mas num País que leva a que estas coisas levem os anos que levam. Nós, levámos onze anos a aprovar o primeiro PDM e, se calhar, vamos levar outros onze a aprovar a revisão do PDM, infelizmente, apesar do Governo ter vindo, sistematicamente, a dizer que está a pretender criar situações para celerizar estes processos. Não é isso, na prática, que nós sentimos nos Municípios. -----

2.2 - SEGUNDA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO DO ANO 2009

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Junho de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a) do n.º 6, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 06214 de 2009.06.08 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Membros: Senhor Prof. Reis Silva (**doc.07**), Senhor Dr. Jorge Fael e o Senhor Vereador Dr. Luís Barreiros prestou esclarecimentos. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Segunda Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano Plurianual de Investimento do ano 2009**, foi a mesma **aprovada por maioria, com 43 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 3 abstenções (CDU)**.

2.3 - DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO - FREGUESIA DE ALDEIA DE SÃO FRANCISCO DE ASSIS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de Junho de 2009, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea d) do n.º 7, do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 06279 de 2009.06.09 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta, fica para todos os efeitos legais arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Posta a proposta da Câmara Municipal à votação – **Declaração de Interesse Público - Freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis**, foi a mesma **aprovada por unanimidade face à importância estratégica que a Empresa Mineira tem para a Economia Local e do Concelho**. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezasseis horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,